



## CAPACITAÇÃO PARA INVESTIGAÇÕES EM CRIME DE TORTURA

**Horário:** 14h às 17h

**Local:** Transmissão ao vivo, Teams.

### PROGRAMAÇÃO

#### 23/11 **Sessão 1 - TORTURA: CONCEITO JURÍDICO, IMPLICAÇÕES E PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

- Perspectiva multijurídica da tortura:
  - Convenção da ONU
  - Convenção Interamericana
  - Lei nº 9.455/1997
- Implicações concretas dos diferentes conceitos para o trabalho do Ministério Público
- Repercussões jurídicas: relaxamento da prisão, exclusão da prova ilícita, aspectos do interrogatório
- Metodologias ativas

#### 25/11 **Sessão 2 - IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE INDÍCIOS DE TORTURA**

- Introdução ao Protocolo de Istambul
- Audiência de custódia:
  - Parâmetros internacionais
  - Resolução CNJ 213/2015 e Protocolo II
  - Recomendação CNJ nº 62/2020 (40min)
  - Recomendação CNMP nº 31/2016
- Metodologias ativas

#### 30/11 **Sessão 3 - PERÍCIA COM INDÍCIOS DE TORTURA OU MAUS TRATOS**

- Exame de corpo de delito: conceito, exigibilidade e modalidades
  - Exame ad cautelam, exame para lesões corporais, exame para tortura
- Análise de consistência entre o relato e os achados médico-legais
- Padrão para laudos periciais conforme parâmetros internacionais
- Metodologias ativas

### FACILITADORES

#### **Rafael Barreto Souza**

Advogado. Pesquisador no Laboratório de Gestão de Políticas Penais da Universidade de Brasília (LabGEPEN/UnB). Membro do Comitê Consultivo da iniciativa internacional para criar um Protocolo Universal para Interrogatórios Não-Coercitivos. Professor de Direito licenciado no Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB). Foi perito e coordenador geral do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Foi consultor jurídico pelo International Bar Association Human Rights Institute (IBAHRI), capacitando magistrados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e outros atores em Protocolo de Istambul. Já trabalhou nas Nações Unidas, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e em organizações da sociedade civil. Mestre em Estudos do Desenvolvimento pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento (IHEID) na Suíça. Mestre também em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Trabalha há mais de 10 anos com temas relativos à justiça criminal, juvenil, enfrentamento à tortura e protocolos de investigação, tendo atuado na Argentina, Brasil, Estados Unidos, México, Paraguai, Panamá e Ucrânia.

#### **Veronica Hinestroza**

É consultora internacional e membra do Comitê Diretivo da iniciativa para criar um Protocolo Universal de Entrevistas de Investigação Não-Coercitivas, contribuiu para a atualização do Protocolo de Istambul: Manual das Nações Unidas para a Investigação e Documentação Efetiva sobre Tortura, e lidera o Comitê de Princípios e Propósitos para a Investigação, do Protocolo Esperança, para a investigação de ameaças a defensores de direitos humanos. É graduada em Governo e Relações Internacionais pela Universidade Externado da Colômbia. Mestre em políticas de desenvolvimento do Instituto de Estudos Sociais (ISS) da Holanda. Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade de Essex, no Reino Unido. Realizou estudos complementares sobre investigação criminal, social e segurança. Por mais de 17 anos tem elaborado, dirigido, implementado e/ou avaliado projetos e programas em direitos humanos, tanto em relação ao processo de justiça transicional de seu país, Colômbia, como em âmbito latino-americano, particularmente no México, Brasil, El Salvador, Paraguai e Venezuela. Foi docente universitária, trabalhou com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, para o Tribunal Penal Internacional e desenvolveu estratégias e ações de advocacy junto à diversos mandatos das Nações Unidas em Genebra, Suíça.